
**A EDUCAÇÃO NO CAMPO E AS (RE)EXISTÊNCIAS
CAMPONESAS EM PIRACANJUBA (GO): a Escola Municipal de
Educação Básica Urbano Pedro Guimarães e as Comunidades
Camponesas**

**EDUCACIÓN EN/DEL CAMPO Y (RE)EXISTENCIA CAMPESINA
EN PIRACANJUBA (GO): la Escuela Municipal de Educación Básica
Urbano Pedro Guimarães y las Comunidades Campesinas**

Paulo Henrique Santos Nogueira

Mestrando em Geografia IESA/UFG – Goiânia (GO)
paulosantos23@discente.ufg.br

Marcelo Rodrigues Mendonça

Professor Associado III dos Cursos de Graduação e PPGeo e Ciências Ambientais UFG e
Universidade Federal de Catalão
mendoncaufg@gmail.com

Janãine Daniela Pimentel Lino Carneiro

Professora do Curso de Geografia (UEG) - Campus Morrinhos
Janaine.carneiro@ueg.br

Resumo

Ao contrário do que se constitui no imaginário popular acerca da “vida pacata”, o campo é espaço de contradições, lutas, conflitos. Embora as forças hegemônicas do capital tenham se firmado como principal agente ordenador do território, o capital não se consolida completamente, pois há os movimentos de enfrentamento político por parte daqueles que fogem à lógica do sistema capitalista de produção. Os camponeses e outros sujeitos que vivem do labor na terra, a partir da territorialização das empresas capitalistas, constroem as chamadas (Re)Existências, ou seja, (Re)Existem para continuar Existindo. Nessa perspectiva, compreendeu-se a relação entre a Educação desenvolvida nas escolas rurais em Piracanjuba enquanto (Re)Existências camponesas no Município. Especificamente, nesta pesquisa buscou-se analisar a relação entre a Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães e a Comunidade Areia, verificando a contribuição da educação no campo como instrumento de fortalecimento das famílias camponesas na terra.

Palavras-chaves: Educação no campo. Campesinato. (Re)Existência. Comunidade Camponesa. Piracanjuba (GO).

Resumen

Al contrario de lo que constituye el imaginario popular sobre la "vida tranquila", el campo es un espacio de contradicciones, luchas y conflictos. Aunque las fuerzas hegemónicas del capital se han establecido como el principal agente ordenador del territorio, el capital no se consolida completamente, porque hay movimientos de confrontación política por parte de quienes no siguen la lógica del sistema de producción capitalista. Los campesinos y otros sujetos que viven del trabajo en la tierra,

a partir de la territorialización de las empresas capitalistas, construyen las llamadas (Re)Existencias, es decir, (Re)Existir para seguir Existiendo. En esta perspectiva, nos interesa entender la relación entre la educación desarrollada en las escuelas rurales de Piracanjuba y las (Re)Existencias campesinas en el municipio. Específicamente, esta investigación buscó analizar la relación entre la Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães y la Comunidad de Areia, verificando la contribución de la educación rural como herramienta de fortalecimiento de las familias campesinas.

Palabras clave: Educación en el Campo; Campesinado; (Re)Existencia; Comunidad; Piracanjuba (GO).

Introdução

Ao contrário do que se constituiu no imaginário popular acerca da “vida pacata”, da “imobilidade” do campo, este, por sua vez, não se constitui num espaço isento de tensões e lutas sociais. O campo é espaço de contradições, lutas, conflitos. A consolidação da agricultura capitalista em Goiás é permeada por todas essas questões, ao passo que forças hegemônicas e homogeneizadoras se territorializam, mas encontram (Re)Existências¹. Assim, o campo goiano é constituído por um mosaico de territórios em disputa que em muitos casos se hibridizam, conformando espacializações com temporalidades diferenciadas.

O campo goiano, assim como o campo brasileiro, é formado por diversos agentes antagônicos que compõem diferentes territorialidades, uma vez que “o território é compreendido pelas diferencialidades e pelas conflitualidades, decorrentes das disputas territoriais [...]” (FERNANDES, 2009, p. 4). Com a nova divisão internacional do trabalho, a territorialização do capital agroindustrial, químico, financeiro em países emergentes alterou a estrutura fundiária mediante as políticas neoliberais que operaram reordenamentos nas mais diversas esferas do território. Parte-se do território como “[...] produto concreto das lutas de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência”. (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

O campo em sua essência é heterogêneo tanto em aspectos qualitativos quanto em aspectos quantitativos. É *locus* das agriculturas e de diversas expressões da vida no campo que se metamorfoseia e possui características semelhantes, embora se diferencie

¹ (Re)Existência é compreendida como [...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54).

em alguma medida. Agricultura camponesa, indígena, caiçara, quilombola, sertaneja, e, a agricultura capitalista, mas, especificamente o agronegócio.

Por conta dessas múltiplas territorialidades, o campo não está livre de disputas, pois os interesses das classes sociais e suas frações são conflitantes, definidos pelo maior ou menor grau de interferência do poder econômico e dos agentes políticos. Isso porque a agricultura capitalista, na atualidade, hegemônica pelo agronegócio, se expande sobre os territórios camponeses e demais sujeitos da terra². Os camponeses, por sua vez, não são eliminados, (Re)Existem para continuarem *Existindo*, consolidando-se as (Re)Existências (CARNEIRO, 2021).

O município de Piracanjuba está localizado na Microrregião do Meia Ponte, pertencente à Mesorregião Sul do Estado de Goiás. Sua dinâmica socioespacial está vinculada às atividades agropecuárias, hegemônicas pelo agronegócio. No entanto, existem também as Comunidades Camponesas, os quilombos, os assentamentos rurais. Nesta complexa teia de relações destaca-se o *Assentamento Piracanjuba*, com 12 famílias; o *Assentamento Boa Esperança*, com 50 famílias; e o *Assentamento Rochedo*, com 31 famílias (INCRA, 2017). Ainda, tem-se o *Quilombo Ana Laura* com aproximadamente 150 famílias. Tais comunidades, assentamentos e quilombo não estão integrados ao ciclo agroexportador de *commodities* e são responsáveis pela produção de alimentos e produtos artesanais destinados às feiras da agricultura familiar e ao comércio local e regional.

Essa realidade heterogênea coloca para nós, geógrafos, o desafio de *desvelar* a diversidade do campo, compreendendo as multiterritorialidades e os diferentes sujeitos não reproduzindo os discursos homogeneizadores que insistem em considerar apenas o agronegócio na sua dinâmica socioespacial. Nesse sentido, interessou-nos compreender os elementos das Comunidades Camponesas, suas territorialidades, seus modos de vida e trabalho, suas práticas socioculturais, assim como seus *saberes e fazeres*, principalmente as suas estratégias de Existência, ou seja, de luta pela reprodução social na terra. Entende-se que o acesso às políticas públicas e aos direitos sociais são essenciais nesse processo, dentre eles o acesso a educação pública.

² Compreende-se como *sujeitos da terra* “[...] sujeitos, que por meio do seu trabalho, materializam no espaço rural uma ampla diversidade de objetos, elementos e situações que fazem do campo um espaço bastante complexo. Soma-se a essa complexidade de situações a presença de pessoas oriundas da cidade, que, muitas vezes, desempenham outras atividades que não as agrícolas”. (MARAFON; CHELOTTI; PESSÔA, 2020, s. p.).

Nessa perspectiva, compreende-se a educação desenvolvida nas escolas rurais em Piracanjuba enquanto expressão das (Re)Existências camponesas no Município. Na pesquisa buscou-se analisar a relação entre a Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães e a Comunidade Areia, verificando a educação no campo como instrumento de fortalecimento das famílias camponesas na terra. Parte-se do pressuposto que o acesso a educação de qualidade valoriza os *saberes e fazeres dos trabalhadores da terra*³, no processo formativo das crianças e jovens, e contribui para a permanência das famílias no campo com o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida, constituindo-se como uma das estratégias da (Re)Existência camponesa.

O artigo, na primeira parte, apresenta os processos históricos da educação no campo ao longo do tempo, ainda que de forma sucinta. Posteriormente, estabelece um paralelo entre as políticas públicas educacionais do governo municipal e as escolas situadas no campo, em específico a Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães. Ao final, observa-se as estratégias e experiências sociais dos sujeitos que compõem a Comunidade Areia, em que a Escola está inserida, reconhecendo a relevância da educação no campo na perspectiva dos camponeses.

Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa se dividiram em dois momentos: o primeiro se referiu aos levantamentos bibliográficos para verificar a produção nessa temática e quais se aproximam da realidade investigada, além de fornecer material teórico-metodológico que subsidiou a investigação. A “[...] pesquisa bibliográfica vincula-se à leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, manuscritos, relatórios, teses, monografias, etc., ou seja, na maioria das vezes, dos produtos que condensam a confecção do trabalho científico” (FONTANA, 2018, p. 66).

Em um segundo momento, tratando-se de uma pesquisa em Geografia Agrária foi imprescindível a realização do trabalho de campo, pois esse recurso metodológico auxiliou na compreensão do objeto/fenômeno estudados, buscando analisar as contradições do *movimento do real*. De acordo com Mendes; Pessôa (2009) no contexto de temáticas relacionadas ao meio rural, considera-se a subjetividade dos sujeitos

³ Nos referimos àqueles que exercem labor na terra e, portanto, possuem no trabalho rural as condições essenciais para a Existência. Compreende os trabalhadores rurais assalariados, nas suas diversas modalidades, camponeses, agregados, parceiros, arrendatários etc., que estabelecem o sentido pleno de vida na relação com a terra e, em situação de desfiliação social, forjam a luta pela terra e pela reforma agrária, e, mais recentemente, a luta pelos territórios de vida. (MENDONÇA, 2004, p. 28).

investigados. Procurou-se compreender as territorialidades existentes e as formas de apropriação da natureza, bem como, as estratégias de permanência na terra.

As práticas socioculturais estão assentadas sobre uma base territorial e os vínculos afetivos são criados pela relação do trabalho na terra. Nessa etapa foi utilizada a te direta, procedimento no qual “[...] o pesquisador dirige-se aos sujeitos para obter as informações desejadas, por meio de entrevistas ou questionários” (MATOS; PESSÔA, 2009, p. 285). Ainda realizou-se entrevistas semiestruturadas, nas quais buscou-se valorizar as fontes orais, em que o interesse foi compreender como os sujeitos das Comunidades Camponesas enxergam a escola, a relevância de uma unidade escolar, a importância da educação, e, sobretudo, quais os pontos relevantes de uma educação em que se considere os *saberes e fazeres* do campo para a permanência dos jovens na terra.

Em relação aos dados complementares, houve a consulta em fontes documentais como o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar (PPP), a complementação de dados quantitativos no acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Instituto Mauro Borges (IMB).

O campo brasileiro: a apropriação do espaço e a produção dos territórios

Na segunda metade do século XX o Brasil passou a experienciar intensas transformações econômicas, políticas, sociais que refletiram de forma significativa na organização espacial. Para Medeiros (2011) esse período é marcado por pressões do ponto de vista interno e externo em favor do desenvolvimento econômico, da industrialização acelerada e da urbanização aliadas a modernização da agricultura⁴, num processo de fusão entre os interesses do Estado brasileiro associado aos interesses das empresas capitalistas, nacionais e transnacionais.

O capital estatal foi incumbido de viabilizar a infraestrutura com a expansão da malha rodoviária e outras, integrando áreas “remotas” e ampliando a produção e distribuição de energia elétrica e demais infraestruturas necessárias à territorialização dos grandes empreendimentos capitalistas.

⁴ No artigo utiliza-se o conceito de modernização da agricultura enquanto “[...] modernização conservadora da agricultura é compreendida como o processo de reformulação das técnicas, sem alteração das relações de propriedade, que permanecem centradas no latifúndio moderno, escudado na denominação de empresas rurais. A tecnificação do latifúndio – empresa rural – significou um novo fôlego para os grandes proprietários de terras, dissimulados sob o discurso produtivista do agronegócio, tentando encobrir a necessidade da reforma agrária e descaracterizando os movimentos sociais que lutam pela terra”. (MENDONÇA, 2004, p. 228-229).

A inserção maciça de capitais no espaço agrário brasileiro alterou a estrutura econômica e as relações campo-cidade no país. Esse processo tido como desenvolvimento econômico expressou a associação das empresas capitalistas com o Estado em um projeto de modernização a partir dos interesses mercadológicos mundializados. Compreendeu-se essas processualidades enquanto a modernização conservadora da agricultura, na medida em que reforçou e ampliou a histórica concentração das terras e implementou as relações de assalariamento no campo. Isso contribuiu para o acelerado processo de *esvaziamento* do campo registrado a partir da segunda metade do século XX. Segundo Júnior; Netto (2011, p. 4), tem-se:

O êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão, no caso brasileiro, aconteceu decorrente da modernização do campo, que privilegiou os grandes latifundiários, não incluindo o agricultor familiar. E a atração que as cidades exerceram no processo de industrialização era, não raro, uma visão idílica, que não correspondia com a realidade dos trabalhadores do campo.

Salienta-se que o conceito de êxodo rural não consegue explicar os processos que culminaram na expulsão dos camponeses, *trabalhadores da terra* e demais sujeitos da terra em direção às periferias urbanas e às áreas de fronteira, porém, essa observação é objeto de reflexão noutros artigos dos autores. As ações do Estado para a expansão da cadeia produtiva no setor primário aliada a crescente demanda *mundial de commodities*, forjou uma economia pautada no modelo agroexportador (DELGADO, 2012) excludente e em um ciclo vicioso/ocioso com custos socioambientais significativos.

Cabe ressaltar que o processo de modernização conservadora da agricultura não se deu unicamente pela modernização no aparato técnico-científico para a produção agrícola, pois engloba os aspectos que tangem a infraestrutura e os aspectos da superestrutura social. De acordo com Mendonça (2004, p. 194-195):

Há um constructo político, que norteia essas atitudes desencadeadas pelas empresas transnacionais, que obrigam o Estado a tomar sua defesa, inclusive, com políticas públicas (tributárias, creditícias, comerciais, fiscais etc.) para favorecer os conglomerados industriais e financeiros. A consequência da adoção das inovações técnicas e tecnológicas é a subordinação, a sujeição e a desterritorialização de milhares de camponeses e *trabalhadores da terra*, que perderam as condições de sobrevivência e foram empurrados para as áreas urbanas e/ou para as áreas de fronteira com o intuito de recriarem as condições da produção camponesa.

O processo de organização do espaço agrário brasileiro é resultado de políticas econômicas excludentes que visam atender, unicamente, as classes hegemônicas e os interesses do mercado externo. Os *benefícios* que essas classes (burguesia, latifundiários, empresários rurais e suas frações) usufruem é assegurado por meio de representantes políticos no poder executivo e demais esferas do poder político que de acordo com os próprios interesses reorientam, por exemplo, a legislação ambiental, trabalhista, creditícia etc. Ainda, observa-se o sucateamento das instituições estatais que possuem a tarefa da fiscalização e manutenção de direitos das populações indígenas, quilombolas, camponeses e *trabalhadores da terra*.

A dinâmica socioespacial do campo é compreendida a partir do conceito de território. Para Oliveira (2003) a lógica da construção do território se apresenta como produto concreto da luta de classes travada no processo de produção de sua existência. O capitalismo está em busca de novas formas de acumulação e exploração, portanto, promove alterações profundas em determinados espaços através das políticas de Estado, operacionalizando as vias de sua reprodução social e espacial.

O capitalismo monopolista adquiriu novos padrões de acumulação e exploração através da mundialização da economia e dos interesses dos megaempreendimentos capitalistas. Segundo Oliveira (2003) o estudo da agricultura brasileira deve ser feito considerando que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Ao mesmo tempo em que desenvolve relações capitalistas de produção (trabalho assalariado), reproduz também relações não-capitalistas de produção, a exemplo do campesinato que se fortalece, ora mediante a necessidade de produção de alimentos com preços acessíveis, ora com o aumento do trabalho familiar e, outras vezes, na luta pela terra e pela reforma agrária.

Em suma, constata-se que o capital monopolista (corporações agroindustriais, químicas, financeiras) se territorializa na terra, sendo que a lógica, especificamente capitalista, se instala, ocorrendo a reprodução ampliada do capital. Adiante, observa-se que o capital monopoliza o território, cria e recria o campesinato, redefinindo as relações camponesas de produção. Com isso, o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço, simultaneamente, para a expansão do trabalho familiar camponês nas suas múltiplas formas, destacando-se camponeses proprietários, parceiros, rendeiros, posseiros. “Esses processos contraditórios produzem e se reproduzem em diferentes partes do mundo atual, criando desta forma, processos e relações de

interdependências entre estados, nações e, sobretudo, entre empresas de diferentes lugares dos países e do globo”. (OLIVEIRA, 2003, p. 13).

Por conseguinte, a multiplicidade de territórios no campo brasileiro consiste nos diversos atores e sujeitos sociais que se apropriam dos recursos territoriais para se materializar e se (re)produzir. Assim sendo, o campo brasileiro não é apenas um espaço hegemônico da lógica capitalista de produção, tendo em vista a existência dos territórios camponeses, caiçaras, indígenas, quilombolas, povos da floresta, ribeirinhos dentre tantas outras derivações. O campo é permeado por diversas relações sociais e de produção, ao passo que são produzidas diferentes paisagens, embora sob a lógica hegemônica do agronegócio.

Consequentemente, o processo de apropriação de parcela do espaço produz o território permeado por relações de poder. Assim temos que: “[...] O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade” (FERNANDES, 2005, p. 24).

Desta maneira, os camponeses compreendidos como classe social possuem valores culturais, crenças, visões de mundo, usos e costumes próprios, o que lhes asseguram, ainda que de forma periférica e à margem, um *lugar* na produção capitalista, uma vez que são extremamente funcionais para a produção de mercadorias, mediante a sujeição da renda da terra às empresas capitalistas.

A partir dessas observações salienta-se a importância de uma educação voltada aos interesses da classe trabalhadora e suas frações no campo e nas cidades e, no caso em questão, uma forma de educação que contemple os anseios e as expectativas de vida dos camponeses, baseada na diversidade territorial assentada nos mais diferentes territórios. A educação além de ser um direito básico, se configura como um dos meios de fortalecimento dos *sujeitos da terra* e contribui para sua permanência na terra. Os camponeses/famílias no campo anseiam por uma escola de qualidade para suas crianças e jovens que possa eliminar o desgaste do transporte escolar e dos currículos impostos, absolutamente, alheios às experiências territoriais com escolas que não protagonizam os sujeitos do campo.

Educação no campo: uma reflexão necessária

Há uma compreensão generalizada e que se consolidou no imaginário popular que “gente da roça” não necessita estudar. A essa gente basta apenas cursar as séries

iniciais, ou seja, saber ler e escrever. Historicamente, imputaram aos *sujeitos da terra* uma posição “inferior” em relação a população que vive nas áreas urbanas, inclusive aquela que está nas periferias pobres das cidades.

Os camponeses, quilombolas, povos indígenas, sobretudo, estes grupos que vivem do trabalho com a terra são sujeitos que devem ter acesso aos direitos básicos (saúde, educação, segurança, dentre outros) garantidos pela Constituição Federal a todos, sem distinção. Vale destacar que as Comunidades Camponesas⁵, em muitos aspectos, demandam direitos sociais específicos vinculados às suas identidades territoriais. Conforme afirma Arroyo (2018, p. 73) “[...] o movimento social no campo representa uma nova consciência do direito à terra, ao trabalho, à justiça, à igualdade, ao conhecimento, à cultura, à saúde e à educação”.

A negligência histórica por parte do Estado relegou a educação no campo a uma extensão da cidade, sendo permeada no decorrer da história por desafios no que se refere a infraestrutura, as práticas pedagógicas e até mesmo as condições de acessibilidade. A luta por uma educação de qualidade para as populações do campo se constitui como pauta central das Comunidades Camponesas, organizadas em movimentos sociais ou não, pois, de certa forma, a educação pode servir para a dominação ou para a emancipação e, nesse caso em específico, se estabelece como um elemento de luta pela permanência na terra. Essas pessoas se mobilizam na busca pelos seus direitos por meio de associações, cooperativas, movimentos sociais e demais formas de organização social.

Assertivamente, há uma construção social, como dito anteriormente, que estabelece um *lugar* para o ser social camponês. Na literatura observa-se, muitas vezes, os estereótipos pejorativos como caipira, “Jeca Tatu”, povo da roça, gente atrasada e sem cultura, dentre outros. O que se afirma é que esses *constructos* são históricos e foram produzidos e fortalecidos pela escola para descaracterizar um modo de vida que não coaduna, totalmente, com as demandas, formas de uso da terra e demais recursos territoriais implementados pelas empresas capitalistas.

⁵ Entende-se por Comunidade Camponesa um grupo caracterizado fortemente por relações sociais de trabalho e produção não tipicamente capitalistas e diretamente exercidas na terra, tendo como finalidade a sobrevivência imediata dos seus sujeitos e, portanto, sendo menos alienantes do que as capitalistas típicas. [...] Nesta situação de disputa pelo poder, agentes sociais externos à Comunidade Camponesa tentam nela se territorializar à custa da desterritorialização dos camponeses, que fazem de suas relações sociais e de trabalho e produção o limite que torna aquela porção do espaço-território deles (RODRIGUES, 2014, p. 51).

Assim, observa-se a tentativa histórica de destruir a condição social do ser camponês e, para tanto, usa-se os conteúdos escolares, desde a introdução de um modelo urbano e industrial até a ausência no currículo escolar das características territoriais e da relevância desses homens e mulheres que labutam na terra para produzirem alimentos. Segundo os autores:

Há uma tendência dominante em nosso país marcada por exclusões e desigualdades, de considerar a maioria da população que vive no campo como a parte atrasada e fora de lugar almejado pelo projeto de modernidade. No modelo de desenvolvimento, que vê o Brasil apenas como mais um *mercado emergente*, predominantemente urbano, camponeses e indígenas são vistos como espécies em extinção. Nesta lógica, não haveria necessidade de políticas públicas específicas para estas pessoas, a não ser do tipo compensatório para a sua própria condição de inferioridade, e/ou diante de pressões sociais. A situação da educação no meio rural hoje retrata bem esta visão (FERNANDES; CERIOLI; CALDART; 2011, p. 21).

Dessa forma, pode-se inferir que a ausência de políticas públicas que atendem essa parcela da sociedade se constitui em um projeto político para perpetuação das condições de exclusão e desigualdade social, em que o moderno para os *sujeitos da terra* é adotar os elementos da vida urbana e se tornarem trabalhadores assalariados. A terra deve ser *limpa* dessa gente e colocada à disposição dos sujeitos do capital que usam formas racionais e técnicas de produção, aumentando a produtividade e gerando dividendos para a sociedade brasileira.

Portanto, o processo de esvaziamento forjado dos *sujeitos da terra* precisa ser legitimado pelas escolas. Para isso, iniciam o processo de fechamento das escolas situadas nas áreas rurais com o objetivo de racionalizar a estrutura e organização de escolas, diminuindo o número de classes multisseriadas a fim de otimizar a relação entre custos/benefícios, processo no qual o município de Piracanjuba foi pioneiro.

A partir da compreensão de que os *sujeitos da terra* necessitavam ter acesso à educação de qualidade, movimentos sociais, sindicais, pastorais, apoiadores diversos iniciaram intenso debate para implementar outra forma de educação do campo que pudesse manter a terra para o campesinato. Essas ações vão sendo construídas “na marra” por pressão popular que obrigou o Estado a tomar medidas para implementar os projetos alternativos para os *sujeitos da terra*.

A Educação do Campo nasce de outro olhar sobre o campo. Interroga-nos porque nem sequer os governos democráticos, nem sequer o movimento educacional progressista conseguiram colocar em seus horizontes o direito

dos camponeses à educação. O olhar negativo, preconceituoso, do campo e seu lugar no modelo de desenvolvimento seriam responsáveis? A agricultura camponesa é vista como sinal de atraso, inferioridade, como um modelo de produção, de vida e de cultura em extinção? Como quebrar o fetiche que coloca o povo do campo como algo à parte? (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2011, p. 11).

Nessa perspectiva, a Educação do Campo emerge da necessidade de se repensar a educação nos parâmetros que tornem possível a construção material da população camponesa de acordo com suas próprias especificidades. A educação nesse sentido passa a assumir sua função social, ou seja, assegurar a emancipação do sujeito enquanto sujeito histórico que compõe os processos sociais, de direito à educação, direito à vida, direito à cultura. Para Arroyo (2011, p. 71):

[...] A escola rural tem que dar conta da educação básica como direito do homem, da mulher, da criança, do jovem do campo. Ou seja, estamos colocando a educação rural onde sempre deve ser colocada, na luta pelos direitos. A educação básica como direito ao saber, direito ao conhecimento, direito à cultura produzida socialmente.

Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e apoiadores articularam a luta pelo acesso e pela permanência na terra vinculando-a diretamente à nova proposta de educação – a Educação do Campo – que se constitui como instrumento de acesso através da luta pela reforma agrária, mas também, de permanência na terra. Para Caldart (2011, p. 92):

Podemos afirmar hoje que o MST *incorporou a escola em sua dinâmica*, e isto em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias Sem Terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos, dependendo da própria trajetória de cada grupo, mas inegavelmente já consolidada como marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST *têm que ter* escola e, de preferência, que não seja *uma escola qualquer*; e a escola passou a ser vista como uma questão política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela Reforma Agrária, vinculadas às preocupações gerais do Movimento com a formação dos sujeitos.

Entretanto, a maioria das escolas rurais continuaram a adotar o modelo oficial. Apenas aquelas escolas em que os movimentos sociais atuam, mais diretamente, tiveram a oportunidade de avançar rumo a valorização dos *sujeitos da terra*, suas práticas socioculturais, suas formas de uso da terra e dos demais recursos territoriais.

A educação no campo em Piracanjuba (GO)

Piracanjuba é um município goiano situado a 87 km da capital Goiânia. Integra a Mesorregião do Sul Goiano e está localizado na Microrregião Geográfica do Meia Ponte, juntamente com outros 20 municípios. Possui uma população estimada em 24.524 habitantes (IBGE, 2020) e uma extensão territorial de 2.380,732 km².

A atividade produtiva predominante no município é agropecuária com destaque para o agronegócio. Conforme o Produto Interno Bruto (PIB) em 2016, a arrecadação foi de R\$ 290.562,27 (x 1000) provenientes da agropecuária, contra R\$ 63.485,90 (x 1000) da indústria que, juntos, movimentam e contribuem para o setor de serviços, resultando no montante de R\$ 241.614,71 (x 1000) (IBGE, 2020).

A região apresenta características de solos, geomorfologia e clima favoráveis ao desenvolvimento das atividades agropecuárias. As principais culturas praticadas em larga escala são soja, milho, cana-de-açúcar, algodão, feijão, tomate, sorgo entre outros (OLIVEIRA; SOUSA, 2012, p. 31) com destaque para soja, cuja colheita em 2017 alcançou a marca de 234.000 toneladas (IMB, 2020).

Dos 2.135 estabelecimentos agropecuários, 2.134 contam com pessoal ocupado perfazendo um total de 5.568 pessoas (IBGE, 2020). Desse montante, 3.712 possuem laços de parentesco com o proprietário rural, enquanto 1.856 não possuem nenhum laço de parentesco. Dos 1.856 trabalhadores ocupados em estabelecimentos rurais, 1.361 são trabalhadores permanentes, 463 trabalhadores temporários e 32 trabalhadores em regime de parceria (IBGE, 2020). Os dados sugerem a presença significativa do campesinato e do agronegócio na estrutura socioprodutiva, caracterizando o município como uma economia rural.

Piracanjuba é fortemente influenciada pelos valores, tradições e modos de vida rural e a economia, quase sempre, é voltada para a agropecuária, comércio local ou serviços públicos. Verifica-se também um aumento quanto aos números totais de estabelecimentos agropecuários. De acordo com o Censo Agropecuário de 2007 o município contava com cerca de 1.896 estabelecimentos. Já segundo o Censo Agropecuário de 2017 eram cerca de 2.135 estabelecimentos (IBGE, 2020).

Os avanços produtivos, promovidos pela inserção de investimentos em tecnologia e ciência na agropecuária propiciaram um aumento na produção de grãos e de leite, elevando a geração de riqueza no campo e integrando este município no mercado, apesar de que ainda, prevalecem em Piracanjuba,

segundo o Censo Rural 2006, as propriedades menores que 100 ha (76%) [...]. Essa realidade, da presença da pequena propriedade e da produção leiteira criam condições *sine qua non* para a realidade no campo e dos pequenos produtores rurais. (SILVA; REZENDE, 2010, p. 8 *apud* AMORIM; SILVA, 2015, p. 4-5).

Nesse sentido, a renda da terra propiciada pela produção leiteira, ainda que subordinada a lógica do complexo laticinista, atua como uma das várias atividades produtivas desenvolvidas nas pequenas propriedades, sendo a fonte de renda principal ou complementar. Sabe-se que para essa geração de renda existem obstáculos que dificultam a permanência no ramo produtivo e até mesmo a permanência na terra, tendo em vista que, a produção leiteira atua como uma fonte de renda indispensável. No entanto:

[...] existem gargalos entre a riqueza gerada na pecuária leiteira, a renda do produtor, a geração de emprego no setor e a saída do campo de produtores deste município que migram para centros urbanos ou até para o exterior em busca de melhores oportunidades, tal situação não tem contribuído com melhorias na qualidade de vida no campo e nem com o aumento de empregos gerados. Todavia, ressalta-se que esses gargalos atingem principalmente os jovens, promovendo um esvaziamento da família camponesa, em muitos casos dificultando inclusive a manutenção da propriedade e das atividades laborais. Em busca de sobrevivência e fortalecimento para inserção no mercado, os agricultores têm-se unido em associações, cooperativas e sindicatos. Nesse sentido, Piracanjuba apresenta um considerável processo de organização social através de entidades sem fins lucrativos entre os setores e segmentos locais. (AMORIM; SILVA, 2015, p. 5).

Com o intuito de se fortalecerem enquanto sujeitos políticos e, baseados numa herança da ancestralidade, reinventam o trabalho de ajuda mútua através dos mutirões e da criação de associações para reivindicar políticas públicas para o campesinato. Institucionalmente, Piracanjuba tem 14 associações, sendo: Associação dos Moradores da Areia (AMAR); Associação do Moradores da Serra Negra e Região (AMSENE); Associação do Moradores do Vale do Rochedinho (AMOVAR); Associação dos Produtores da Região São Mateus (ASMAT); Associação do Produtores da Região da Cachoeira (APRUC); Associação de Pequenos Produtores Rurais de Piracanjuba (APROPIR); Associação dos Irrigantes de Piracanjuba; Associação de Produtores do Vale do Roda Cuia; Associação do Projeto do Assentamento Boa Esperança de Piracanjuba (ASPABESP); Associação de Moradores do Centro Estulânia (AMOVACE); Associação de Moradores da Vereda (AMOVER); Associação dos Moradores do Floresta (ASMOFE); Associação dos Moradores da Maiada e Região (AMAI); e Associação dos Produtores e da Feira do Produtor Rural de Piracanjuba.

De início, as associações foram instrumentos de fortalecimento das populações camponesas para conseguirem espaços de forma democrática na luta por seus direitos e interesses, como também, para assegurar a preservação das tradições camponesas, através de festas, eventos, mutirões. Outro elemento que se destaca é a luta dessas associações pelo acesso à educação básica, mais especificamente por manter as escolas que estão situadas dentro de seus limites geográficos.

Atualmente, o município conta com seis escolas rurais: Escola Estadual Clotilde Costa com 78 estudantes; Escola Municipal de Educação Básica José Marcelino de Lima com 46 estudantes; Escola Municipal de Educação Básica Serra Negra com 31 estudantes; Escola Municipal de Educação Básica Sérgio Honorato Silva e Souza com 104 estudantes; Escola Municipal de Educação Básica Modesto Antônio de Paula com 143 alunos; e, Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães com 161 estudantes (INEP, 2021). Das escolas apresentadas todas ofertam o Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais), enquanto a Escola Estadual Dona Clotilde Costa e a Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães além do Ensino Fundamental ofertam também o Ensino Médio.

O contexto da criação das escolas no campo de Piracanjuba foi resultado do movimento pioneiro de nucleação escolar, que consistia basicamente em reunir em uma única estrutura várias escolas dispersas. Tendo início na segunda metade do século XX, o histórico das escolas rurais de Piracanjuba é semelhante aos demais municípios do Sul Goiano que, em sua maioria, surgiram por iniciativa das famílias camponesas.

De acordo com Inácio (2005) a formalização do ensino é compreendida enquanto normatização da escola, que propõe um conjunto de regras, condutas, valores para a sociedade brasileira ao transitar do rural para o urbano. O Estado de Goiás elege a educação escolar como espaço privilegiado capaz de realizar essa transição. Nesse contexto, a escola torna-se fundamental no processo de modernização da sociedade goiana e brasileira, colocando em destaque o contraste dos valores culturais e sociais entre campo-cidade, promovendo mudanças nas relações sociais a partir da hegemonia do modelo urbano e industrial.

As escolas rurais, originariamente, surgiram por iniciativa das famílias rurais, sobretudo, as de melhor condição financeira (latifundiários), que custeavam um professor ou uma professora para lecionar para seus filhos, familiares, vizinhos e, às vezes, *os afilhados*. Assim, o mestre-escola atendia às funções docentes: “O mestre-escola é um

agente educador, é o elo entre uma cultura letrada e uma outra marcada pela oralidade e tradição. A atuação do mestre-escola pode ser compreendida como uma primeira experiência de uma educação escolar no Sudeste Goiano” (INÁCIO, 2005, p. 14).

Essa situação era presente no interior goiano e atendia a demanda pelo ensino das primeiras letras. Aos poucos os filhos dos *trabalhadores da terra* e dos camponeses começaram a participar do processo de escolarização, porém, apenas das séries iniciais, uma vez que, a eles, bastava unicamente aprender a “assinar o nome”. A dificuldade era conciliar as atividades laborais na terra com o período escolar, pois as crianças e, principalmente, os adolescentes exerciam importantes tarefas na manutenção da unidade produtiva camponesa.

Inicialmente denominadas de escolas isoladas e após esse período denominadas escolas rurais, passaram a funcionar em parceria com as prefeituras em terrenos doados por fazendeiros e/ou paróquias. A essa parceria destaca-se a atuação das Comunidades Camponesas e associações rurais, enquanto coletividade, para fomento e para assegurar o acesso à educação, sem a necessidade do transporte escolar dos alunos para as áreas urbanas.

Portanto, destaca-se a importância de garantir o acesso à educação dessas populações que vivem do/no trabalho na terra, tendo em vista que é um direito, o qual deve ser assegurado para todos, considerando suas especificidades e modo de vida próprios. Conforme expressa Carneiro (2021, p. 147):

Acredita-se que a educação de qualidade deve ser garantida para todos, inclusive para as famílias do campo, considerando suas especificidades de aprendizagens e necessidades a partir do trabalho e das perspectivas daqueles que estão na terra, e essas experiências pedagógicas, que são políticas, se constituem formas de (Re)Existência camponesa.

Conforme apresentado, as escolas rurais surgiram a partir da reivindicação das Comunidades Camponesas e suas representações políticas com destacado papel das associações, pois perceberam na educação um elemento chave para (Re)Existirem na terra.

Mas, diferentemente da educação rural, a educação do campo se consolida como forma de (Re)Existência camponesa, pois considera as especificidades de aprendizagens e necessidades a partir daqueles que estão na terra. Todavia, vale lembrar que a educação rural prevaleceu, na medida em que a educação do campo é recente e

associada à ação política dos movimentos sociais, sindicais, pastorais e outros atores políticos na luta pelo direito à educação pública e de qualidade.

Para além de ser uma adaptação, a educação do campo considera os sujeitos históricos e políticos envolvidos na relação ensino aprendizagem, sendo dotada de experiências pedagógicas e de caráter político transformador em consonância com as necessidades dos *sujeitos da terra*. Essa é a principal diferença com a educação rural, que evidencia os interesses do Estado, claramente, fusionados aos interesses da modernização capitalista, já que a educação do campo, centra nas demandas da terra, na luta pela reforma agrária e pelos direitos e, precisamente, numa outra compreensão pedagógica e política da sociedade.

O paradigma da educação do campo “[...] surge a partir das reivindicações e lutas sociais das Comunidades, dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais, da atuação das universidades, sindicatos e instituições envolvidas com a pauta da construção de uma educação popular” (CARNEIRO, 2021, p. 152).

A educação do campo torna-se uma das estratégias de conscientização das contradições inerentes a ação do capital no campo e da ação política enquanto classe trabalhadora, ou no caso do campesinato – uma fração da classe trabalhadora – por meio de suas diversas “formações, identidades e nomenclaturas resistem e *(Re)existem, Existem* para continuar construindo territórios de vida” (CARNEIRO, 2021, p. 132).

A EMEB Urbano Pedro Guimarães e as Comunidades Areia, Cerradão e Vereda

A Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães (Foto 01) está a 22,3 km de Piracanjuba (GO). Foi fundada em 1990 por iniciativa da Associação de Moradores da Região Areia (AMAR) em parceria com a Prefeitura Municipal. Um proprietário rural doou o terreno e a Prefeitura construiu o prédio da escola com o auxílio da AMAR, nas proximidades de sua sede. A construção da escola foi forjada para a substituição das pequenas escolas existentes na região, conhecidas como escolas isoladas. De início, oferecia apenas o ensino das séries iniciais (antigo Primário). Em seguida, passou a oferecer as séries finais do Ensino Fundamental (antigo Ginásio) e, logo, o Ensino Médio e o Magistério (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

Foto 01: Fachada da Escola Municipal Urbano Pedro Guimarães – Piracanjuba (GO)



Autores: NOGUEIRA, Paulo Henrique S.; BRITO, João Marcos G.; CARNEIRO, Janãine D. P. L.
Fonte: Pesquisa de campo (Setembro de 2019).

Atualmente, a Escola é mantida por verbas municipais, recursos do Programa do Dinheiro Direto na Escola (PDDE/MEC), doações e eventos realizados pela equipe escolar. Funciona das 12h30 às 16h40 (com 10 minutos de recreio) e conta com estudantes matriculados da Pré-escola ao Ensino Médio, com faixa etária entre 04 e 15 anos. Todos moram no campo, sendo filhos e filhas de médios proprietários rurais, camponeses e *trabalhadores da terra*. Todos os estudantes, professores e servidores⁶ utilizam o transporte escolar oferecido pela Prefeitura para o deslocamento entre a cidade de Piracanjuba e a Unidade Escolar. A frota do transporte escolar é composta por cinco veículos, entre ônibus e micro-ônibus, sendo quatro da Prefeitura de Piracanjuba e um terceirizado, conforme a Foto 02.

Foto 02: Veículos utilizados para o transporte escolar no pátio da Escola Municipal Urbano Pedro Guimarães. Piracanjuba (GO)



Autores: NOGUEIRA, Paulo Henrique S.; BRITO, João Marcos G.; CARNEIRO, Janãine D. P. L.
Fonte: Pesquisa de campo (Setembro de 2019).

⁶ Embora a Equipe Escolar seja em sua maior parte proveniente da área urbana e não conta com professores de formação específica para promover uma educação voltada para *os saberes e fazeres do campo*. Parte dela teve acesso à educação básica na condição de estudantes, portanto compreendem a importância da escola para a Comunidade, além de ser evidenciado nas entrevistas a preocupação pela permanência da escola na região. Cabe ressaltar que no decorrer das entrevistas foi relatado que a Equipe Pedagógica havia entregue na Secretaria Municipal de Educação um projeto/modelo de escola do campo para ser implementado na Unidade Escolar.

Embora seja uma Unidade Escolar de referência e que atende parcela da população residente no campo há algum tempo, o temor de seu fechamento é uma constante e isso demonstra a histórica relação de que, aos *sujeitos da terra*, bastam as primeiras letras, agora, as primeiras séries. É sabido que a maioria dos estudantes ao se deslocarem para as cidades não retornam à terra, até porque, passam a *sofrer toda sorte de ingerência* na formação, a partir de uma compreensão centrada na potência da cidade e de suas atividades, assimilando a tese de que o campo, no caso do campesinato, é atrasado e está em extinção, pois o moderno passa a ser identificado com o agronegócio.

Dessa forma, torna-se evidente as contribuições das Comunidades Camponesas, por meio da sua organização política para a manutenção da Escola, tanto no que se refere às questões financeiras quanto à própria questão de permanência da Instituição. Salienta-se ainda a relação de afetividade que a Escola consegue desenvolver tanto com os alunos quanto com a Comunidade. Isso expressa a importância das ações coletivas para reivindicação de direitos, como também a conscientização das problemáticas que tangenciam aspectos de sua realidade. Tal sentimento, é evidenciado no relato desta camponesa e mãe de estudante:

Os moradores da região, até os pequenos, eles têm um amor grande pela escola, mas quando precisam também lutam. No ano passado, em 2017, em julho, tinha a proposta de fechar todas as escolas da zona rural e abrir uma escola nova em Piracanjuba. E, nós tivemos um apoio muito grande da região, porque nós temos um número grande de alunos, satisfatório por ser de zona rural. A comunidade se organizou, fizeram até grupos, foram atrás de secretários, vereadores, prefeito. Alguns partiram até para a mídia. Conseguiram até trazer a mídia para ajudar. Tinham até um manifesto programado, que não chegou a acontecer porque o prefeito voltou atrás. A mobilização partiu dos pais, mas temos boa parte dos funcionários de zona rural que lutam e que se envolvem pela escola. A gente viu isso, durante a ameaça de fechamento, vimos os funcionários. A gente viu direitinho, quem lutou e quem preferiu se anular (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

No que se refere à infraestrutura, a Escola conta com 14 salas de aula (distribuídas em 2 pavilhões), cozinha, banheiros masculinos e femininos, sala para os professores e biblioteca. Ainda conta com espaços para a direção e coordenação. A Escola conta ainda com pátios e um parque para recreação dos estudantes (Foto 3). Possui duas quadras de esportes, sendo uma construída pela AMAR e doações de membros da Comunidade e outra (coberta) construída pela Prefeitura de Piracanjuba com recursos do Ministério da Educação (MEC/PAR).

Foto 3: Pátio e brinquedos na Escola Municipal Urbano Pedro Guimarães - Piracanjuba (GO)



Autores: NOGUEIRA, Paulo Henrique S.; BRITO, João Marcos G.; CARNEIRO, Janãine D. P. L.
Fonte: Pesquisa de campo (Setembro de 2019).

Na pesquisa de campo e nas conversas com a equipe escolar foi possível observar uma relação forte com as demandas dos estudantes e com as Comunidades Camponesas. Sobre como classificam a atuação da Associação dos Moradores da Região Areia (AMAR) os professores relataram:

[...] a atuação da Comunidade é muito satisfatória, sempre que a Escola necessita de algum auxílio, a direção da Escola pode contar (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

A AMAR nos ajuda com o espaço. Por exemplo, três salas de aulas funcionaram na Associação porque estávamos em reforma. Quando precisamos de algo, procuramos a Associação. Algumas vezes nos ajudam, outras vezes, não, dependendo da situação deles no momento também. Mas, temos alguma ajuda sim. E, agora temos também da AMARLeite que é a Associação dos Moradores e Produtores de Leite da Região Areia. Por exemplo, nos ajudaram nas festas das crianças (PESQUISA DE CAMPO, 2019).

O envolvimento da equipe escolar com as Comunidades Camponesas assegura a manutenção e permanência da Escola no campo, uma vez que, conforme relatos já houve várias tentativas de fechamento da Unidade Escolar. Mas é a ação política conjunta que permite o enfrentamento e, é exatamente isso, que se compreende como (Re)Existência, ou seja, ações políticas centradas nas práticas socioculturais a partir de uma identidade territorial e a compreensão de um projeto político e pedagógico diferenciado para os *sujeitos da terra*.

A Escola no Campo na perspectiva das famílias camponesas

As associações de pequenos produtores rurais servem como instrumentos de luta e permanência na terra, e, conseqüentemente, se contrapõem à lógica hegemônica da concentração fundiária e as investidas do agronegócio. De acordo com Cielo (2009) às associações somam-se serviços e atividades em busca de um mesmo conjunto de interesses, podendo ser formais, legalmente organizadas ou informais, sem valor legal. Desta maneira compondo o quadro de (Re)Existências considera-se os “[...] indivíduos que acreditam que o campo seja um dos únicos locais de sua sobrevivência, e, desse modo, para permanecerem na terra, utilizam estratégias como a agroecologia, a agrofloresta, o *associativismo*, o *cooperativismo*, a produção de sementes crioulas, dentre outras” (MENDONÇA, 2017, p. 3).

A Associação dos Moradores da Região Areia foi constituída em 09 de maio de 1988, sem fins lucrativos, exclusivamente para prestação de serviços comunitários aos moradores das Comunidades Camponesas Areia, Duas Pontes, Cerradão, Vereda, Quebra Anzol e adjacências, situadas nos municípios de Piracanjuba, Bela Vista de Goiás e Hidrolândia.

É nítido que as demandas por melhorias e acesso aos serviços básicos aos camponeses que se intitulam de pequenos produtores rurais, sempre eram relegadas a segundo plano, como por exemplo a problemática da educação. “Por razões diversas o associativismo/cooperativismo acabam sendo uma opção viável às famílias principalmente no que se resume o acesso às políticas públicas e geração de renda na propriedade” (AMORIM; SILVA. 2015, p. 2).

Segundo Amorim; Silva (2015), a AMAR conta com cerca de 120 associados e tem desempenhado papel relevante mediante a prestação de serviços comunitários aos seus associados e à comunidade em geral nas suas diversas áreas de atuação. Nesse sentido, a Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães se configura como um dos principais elementos de fortalecimento das famílias camponesas que têm seus direitos educacionais atendidos pela Unidade Escolar.

Em relação ao *olhar* que as famílias camponesas da *região da Areia* têm sobre a Associação, pode-se inferir que se trata de um ponto relevante para o processo de reprodução social do campesinato, pois atende o direito à educação dos filhos e filhas

dos moradores das Comunidades Camponesas do Pau-Terra, Veredas, São José Atrás da Serra, Roda Cuia sem a necessidade de deslocamento para a área urbana.

De acordo com a pesquisa de campo realizada com os moradores da região, destaca-se a visão positiva que possuem sobre a importância da Escola na Comunidade. Nas entrevistas com associados que integram a Associação de Moradores percebeu-se a importância que atribuem à Unidade Escolar.

[...] é importante ter a escola aqui na região. Porque evita que os jovens vão pra cidade. Por que as vezes o jovem vai pra cidade na intenção de estudar só que chega na cidade e pega outros caminhos né? Caminhos da droga, caminhos assim, que se tivesse continuado na escola aqui junto com a família, junto com os pais, não tinha despertado para entrar nesse caminho errado (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

É ótimo porque igual pra você ver pros futuros profissionais, ter um colégio perto pro pessoal aqui, tem muito caseiro. O pessoal que tem a “bala” manda os filhos pra Goiânia pra estudar, sem um colégio desse aqui os filhos de caseiro aqui, nem sei o que seria feito. Porque os pais não tem dinheiro pra mandar os filhos pra cidade. É fundamental esse colégio aqui (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Nesse sentido, observa-se a preocupação dos pais/moradores em relação a possibilidade de os filhos frequentarem a escola na cidade. Ao passo que compreendem que a Unidade Escolar na comunidade é essencial para preservação da sua própria cultura, valorizando suas raízes e as práticas socioculturais, ou seja, componentes que garantem identidade territorial. Outro relato que chamou a atenção foi do senhor J. C. que, sobre as expectativas da juventude, disse:

Os jovens estão deixando as relações de compadrio. Os jovens que estão se casando tem uma tendência de levar os filhos para estudar fora. Aqui tem a escola, durante um certo período o pessoal fica aqui. O funcionário da fazenda que tem filho pequeno, porque o proprietário mesmo, pessoal mais velho que tem os filhos mais criados, mas principalmente o pessoal que trabalha, o pessoal que é mais jovem e os filhos são mais novos, nessa hora a escola é muito importante, pois fixa o cara aqui. Então vai chegar uma hora que se por exemplo o cara tem como objetivo educar o filho dele, mesmo, dar uma condição de educação e melhoria de vida, ele vai ter que sair daqui ele vai ter que ir pra cidade. Então vai sair um cara que sabe tudo sobre o campo e não sabe nada de cidade, então vai inchar a cidade com mão de obra sem qualificação pra serviços da cidade (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

O relato evidencia a importância de pensar as práticas de aprendizagem, pois como se trata de um modo de vida diferente do modelo de vida urbano, é necessário que as práticas pedagógicas sejam diferentes do modelo instituído nas cidades, pois situa-se em um espaço diferenciado, com práticas socioculturais diferenciadas, inerentes aos sujeitos que ali residem. Outro ponto destacado no relato do entrevistado são algumas

práticas culturais como a relação de compadrio e as festividades da Comunidade que estão sendo secundarizadas.

Ainda como relatam os moradores sobre o papel da educação:

Pra mim sem educação não existe vida. A evolução do ser humano vem através da educação, uma pessoa que não tem acesso à educação, ela pode com um esforço muito grande na vida dela ou de como pessoa ter um certo crescimento, mas tudo muito mais difícil do que se ela tivesse educação (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

A educação voltada para o campo, fixaria o pessoal no campo. A região aqui é produtora de leite, o que demanda mão de obra e de agricultura. Como o pessoal é tecnicado, a necessidade da mão de obra é menor do que o serviço de produção de leite, então a mão de obra precisa cada vez ser mais treinada, hoje em dia os caras compram máquinas e não dá conta de usar a máquina, ainda mais pilotando ela. Então abrir esses caminhos é uma forma de fixar o cara aqui (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Eu acho que ajudaria, mas tinha que melhorar. E tinha que voltar mais para o meio rural, para o agro. Hoje, tudo o que aconteceu com a Pandemia, que o Brasil e o mundo passou. O que que foi o pilar maior que resistiu e tocou pra frente? É o agro, então assim às vezes algum curso voltado para área rural sabe, às vezes colocar matérias para área rural para incentivar os jovens a não evadir e ficar no meio rural (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Demais da conta, muito importante. Sem uma educação, sem você aprimorar seus conhecimentos a pessoa não vai pra frente (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Conforme os relatos apresentados, pode-se inferir que a Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães no campo do município de Piracanjuba (GO), contempla a realidade do campo, relacionando-se às demandas dos *sujeitos da terra* (camponeses, médios proprietários rurais, arrendatários, *trabalhadores da terra*) que veem na educação uma das formas de conservação de suas raízes, as bases de sua Existência.

Não tenho filhos na escola, mas meu funcionário tem dois filhos. Um trabalha no vizinho aqui com a agricultura (mecanizada) e a filha dele é formada em engenharia, então aqui ela não volta mais. Como não é um estudo que não é voltado pro campo, é um estudo voltado pra cidade, então acaba não ficando aqui. A presença da escola na comunidade é algo positivo, muito, por isso que eu te falei, ela oferece oportunidades para pessoas que têm filhos em idade escolar e que tem a escola à disposição. Tem movimentos que a escola organiza, teve um movimento de auto conservação que a escola mesmo organizou, o prefeito queria fechar a escola aqui. Trouxe os outros alunos, trouxe pais, proprietários, eu mesmo vim e afugentou o cara. A escola teve uma época que já foi mais pujante, teve uma época em que todo o pessoal aqui tinha filho pequeno, e aí esses filhos foram crescendo, aí teve a oportunidade que chegou um nível mais elevado, chegou até o nono ano que segurou mais o pessoal aqui (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Como dito pelo entrevistado, ele não possui filhos ou netos que frequentam a Unidade Escolar, mas reconhece a relevância da Escola, inclusive para os filhos dos

trabalhadores da terra, pois ressaltou que a filha de seu funcionário recebeu uma educação/qualificação fora do espaço rural e que é própria do estilo de vida urbana, não permitindo a possibilidade da volta para viver no campo, seu lugar de vivência inicial.

Porém, destaca-se o acesso à educação básica no período de vivência no campo, pois mesmo que os filhos dos *sujeitos da terra* não retornem para o campo, foram beneficiados pela educação básica ofertada, o que possibilitou que pudessem ter formação no ensino superior, fato que não é comum para as famílias da classe trabalhadora, principalmente no campo.

Outro relato importante é de uma mãe camponesa que apontou alguns problemas quanto à qualidade da educação ofertada.

O que acontece demais na Areia eu questiono é professores faltam demais pra dar aula e manda substituto, como eu trabalho e meus colegas trabalham não tem como eu falar “hoje você substitui o meu serviço”. Professor é professor e esse é o prejuízo, uma vez ou outra tudo bem, antes da pandemia meu filho passou por isso, ele ficava 15 dias, 01 semana com substituto (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Tenho 1 filho de 11 anos que está fazendo a sexta série, e enfrentei um problema nessa escola no começo do ano, porque eu tenho uma filha que ela tinha que ser alfabetizada. Ela tinha idade para ser alfabetizada agora nesse início de ano. E não tinha professora aqui, aí o que que acontece, pra ela não ficar sem conhecimento nenhum eu procurei em municípios vizinhos. Aí eu a matriculei no município de Cristianópolis. Eu tive o respaldo do secretário de educação de lá e deu certo e hoje estou fechando o ano, o ano inteirinho com a minha filha estudando lá em Cristianópolis. Porque aqui na Areia não disponibilizou professor para alfabetizar, que é o jardim I, aí no meio do ano vieram conversar comigo pra transferir minha filha pra cá, só que aí eu fiquei com medo porque lá estava dando super certo, assim, bem as aulas online e estava funcionando. Eu fiquei com dó de transferi-la pra cá e começar e depois parar, então eu preferi deixar ela lá e aqui já trocou umas 3 vezes a professora da alfabetização. Então, assim é muito ruim o jeito que está a escola [...] (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Dentre os elementos apontados pela entrevistada tem-se o processo de sucateamento da educação ofertada na Unidade Escolar por parte da Secretaria Municipal de Educação, além do relato anterior de tentativa de fechamento da Escola na Comunidade.

Não é algo esporádico as tentativas de fechamento da Unidade Escolar por parte do poder público municipal. Houve até mesmo um acordo com a coordenação da Faculdade de Piracanjuba – FAP (setor privado) em realocar os alunos que frequentam a Escola Municipal de Educação Básica Urbano Pedro Guimarães após o fechamento da Escola. A ação política da equipe escolar, das associações e principalmente dos *sujeitos*

da terra, assegurou que a Escola continuasse a Existir, mas, manter a Escola aberta na Comunidade continua sendo um desafio.

Como a pesquisa foi realizada no ano de 2021 não se pode desconsiderar as mudanças acarretadas em decorrência da pandemia da Covid-19, que impactou negativamente a vida de todos. Observe o relato:

Sim, demais, os jovens, só dos pais mesmo que moram na região que tá continuando frequentando a escola da zona rural. Principalmente nesses 2 anos que teve a pandemia. Teve uma evasão muito grande de pessoas, que procurou outros lugares, às vezes, porque assim, aqui demorou demais para os alunos voltarem a estudar. Teve lugar que as aulas voltaram mais rápido. Eu não sei por que aqui demorou tanto, sabe? Mas assim, muitos deixaram de estudar aqui na escola da Areia. Tipo assim o município deixa pra lá, eu estudei minha vida inteira aqui, saí pra fazer Faculdade e voltei pra trabalhar aqui na região. A nossa escola era uma escola modelo, os diretores eram muito rigorosos. Aí de uns anos pra cá a escola deixa muito a desejar, teve muitos pais que os filhos foram estudar em Piracanjuba em outros lugares, e tiveram dificuldades de alcançar o ensino de outro de lugar (PESQUISA DE CAMPO, 2021).

Parcela significativa dos estudantes que frequentam o Ensino Médio apresentam dificuldades para concluírem essa etapa do ensino, seja pelas demandas de ordem familiar, trabalho, ou a perda do ritmo com o cotidiano escolar. Como evidenciado no relato, a suspensão de atividades presenciais abriu caminho para que estudantes pudessem ter acesso à educação em outras unidades escolares, isso quando não se tornou condição para que migrassem para outras localidades.

Considerações Finais

A pesquisa sobre a educação no campo requer uma análise investigativa mais profunda e ampla para compreender os processos de aprendizagem, as dificuldades para os *sujeitos da terra* em acessar a educação pública diante das imposições do Estado. As visões de progresso e desenvolvimento, centradas no modelo urbano e industrial, não compreendem o campesinato como importante, inclusive para a produção de alimentos.

São projetos e visões de mundo em disputa. De um lado, as classes hegemônicas que querem padronizar o imaginário social a partir das suas demandas, destacadamente, a concentração das terras e, portanto, a expulsão do campesinato do campo. De outro, as demandas dos *sujeitos da terra*, historicamente excluídos das condições de Existência, mas que, pela contradição inerente à sua natureza, teimam em persistir e, por isso,

Existem. A conflitualidade decorrente das disputas é resultado das (Re)Existências dos camponeses e outros sujeitos que vivem do labor da terra.

Observou-se por meio da pesquisa que os moradores da Comunidade Areia e adjacências reconhecem a importância de ter uma Escola na Comunidade, assim como, também reconhecem suas potencialidades. Reconhecem ainda o processo de sucateamento da Unidade Escolar mediante as tentativas de fechamento e a rotatividade de profissionais na Escola, tendo em vista que a maioria dos profissionais são contratos temporários, indicando a precarização do trabalho docente.

A Escola está localizada numa região central de fácil acesso e sua construção se deu em decorrência da nucleação de escolas polos, processo do qual o município de Piracanjuba se tornou pioneiro. E embora esteja inserida numa área cercada pelo agronegócio, a pecuária leiteira é uma das fontes de renda dos *sujeitos da terra*, precisamente os proprietários de terra, excluindo os trabalhadores assalariados e sob outras formas de contrato, a exemplo da parceria.

Outra questão apontada pela pesquisa é a preocupação com a valorização das práticas socioculturais. Os entrevistados alegaram que os jovens estão perdendo a relação de pertencimento com a terra e alegam as influências do modelo urbano de viver, como as próprias festas que são aparentemente “mais chamativas”, àquelas realizadas no campo.

Certamente, tudo se modifica e nesse sentido as práticas socioculturais vão se transformando. Nada é museificado e não se compreende cultura como estática, sem movimento. Todavia o que se percebeu nos relatos é que a maioria dos jovens são entusiastas da vida urbana e, por conta disso, muitas vezes em função das condições precárias existentes nas Comunidades Camponesas, acabam assimilando o desejo de se tornarem “urbanóides”. Esse desafio está posto. Manter a Unidade Escolar aberta e em conformidade com as demandas dos *sujeitos da terra*, em um momento de ataques severos à Educação Pública e, principalmente, reivindicar o atendimento às necessidades do campesinato de permanecerem na terra em condições dignas, nesses tempos sombrios, torna-se um desafio.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ramariz Faleiro de.; SILVA, Magda Valéria da. Associativismo Rural Como Alternativa de Representatividade em Piracanjuba/Goiás. In: II CONGRESSO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE

GOIÁS. **Anais [...]** 2015, Pirenópolis – GO. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/5640>. Acesso em: 26 de set. 2021.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5ª.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011. cap. 2. p. 65-86.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5ª.ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2011. cap. 3. p. 87-131.

CARNEIRO, Janãine Daniela Pimentel Lino. **As (re)existências camponesas nos territórios hegemônicos pelo agrohídronegócio em Goiás**. 2021. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, 2021.

CIELO, Ivanete Daga; et al. **Associativismo**: união de pessoas por um objetivo comum. Projeto Gerart. 2009. Governo do Paraná. 2009. 11p. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7255261-Associativismo-uniao-de-pessoas-em-por-um-objetivo-comum.html>. Acesso em: 30 set. 2021.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do agronegócio (2000) como pacto de poder com os donos da terra. In: Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**– ABRA. EDIÇÃO ESPECIAL. Campinas – São Paulo. p. 60-68. jul./ 2013. ISSN - 0102-1184.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CERIOLI, Paulo Ricardo.; CALDART, Roseli Salete. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5ª.ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2011. cap. 1. p. 19-63.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – ANO 8, N. 6 – Presidente Prudente. p. 24-34. janeiro/junho de 2005 – ISSN 1806-6755.

FERREIRA, Ana Paula de M. **Escola Família Agrícola de Orizona (GO): Uma proposta de educação camponesa?** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Catalão, Goiás, 2011.

INÁCIO, Fátima Pacheco de Santana. **O mestre-escola e o processo de publicização da escola em Goiás (1930 – 1964)**. 2005. 253 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**: panorama do município de Piracanjuba – GO. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/piracanjuba/panorama>. Acesso em: 28 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades:** produto interno bruto do município de Piracanjuba - GO. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/piracanjuba/pesquisa/38/47001>. Acesso em: 28 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades:** Censo agropecuário de Piracanjuba – GO. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Goiás | Piracanjuba | Pesquisa | Censo Agropecuário | Características dos estabelecimentos. Acesso em: 28 de set. 2021.

INSTITUTO DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS MAURO BORGES (IMB). **Estatísticas Municipais:** Aspectos econômicos/produção de soja em (t). Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=219. Acesso em: 27 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Blog do Incra em Goiás:** lista completa de assentamentos por região/município no Sul goiano. Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/#sul>. Acesso em 12 dez. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar:** microdados do censo escolar 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 19 de jun. 2022.

FONTANA, Felipe. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, Thiago (Org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEP, 2018. cap. 8. p. 59 – 77. ISBN 97885-93683-03-9. Disponível em: 01_projeto de pesquisa.indd (usp.br). Acesso em: 28 de jun. 2022.

JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da S.; NETTO, Mário Borges. Por uma Educação do Campo: percursos históricos e possibilidades. **Revista Eletrônica de Cultura e Educação**. Caderno temático: cultura e educação do campo. Ano II – N. 3. p. 45-60. nov. de 2011. ISSN 2179-8443. Disponível em: <https://www2.ufrb.edu.br/revistaentrelacando/index.php/edicoes-entrelacando/5-educacao-do-campo-03>. Acesso em: 12 de dez. 2021.

MARAFON, Glacio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; PESSÔA, Vera Lúcia S. O trabalho de campo como investigação do meio rural brasileiro. In: _____. **Temas em geografia rural**. - 2. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020. cap. 10. (549 p.). ePub. ISBN 978-85-7511-529-9. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/livros/temas_em_geografia_rural.pdf. Acesso em: 13 de jul. 2022.

MATOS, Patrícia Francisco de; PESSÔA, Vera Lúcia. S. Observação e pesquisa: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa**

qualitativa nas trilhas da investigação. Assis Editora. Uberlândia - MG, 2009. p. 279-291.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 458 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Presidente Prudente, 2004.

NEVES, Pedro Dias Mangolini.; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues.; (Re)Existência permanência no campo através do associativismo e cooperativismo. **Revista Equador (UFPI)**, Vol. 6, Nº 2, p. 44 – 59. 2017. ISSN: 2317-3491. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/6268/3852>. Acesso em: 30 de set. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – O Campo no Século XXI, 2003, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP. p. 1-32. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001460390>. Acesso em: 27 set. de 2021.

OLIVEIRA, Aristeu G. de; SOUSA, Alik Timóteo de. Especificidades das precipitações pluviométricas na microrregião Meia Ponte no sul de Goiás e sua relação com a ocorrência de processos erosivos. In: SILVA, Magda Valéria da; PESQUERO, Marcos Antônio. **Caminhos interdisciplinares pelo ambiente, história e ensino: o sul goiano no contexto.** Uberlândia (MG): Assis Editora, 2012. p. 31-48.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputas. In: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). **Cerrado: perspectivas e olhares.** Goiânia: Vieira, 2010. p. 51-69. ISBN 978-85-89779-86-9/ISBN 978-85-89779-86-9. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Livro_CERRADOS_perspectivas_e_olhares.pdf. Acesso em: 19 de set. 2021.

RODRIGUES, Gisele Silva. **O sentido político de comunidade: relações de poder e disputas territoriais em Comunidades Camponesas de Catalão (GO).** 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia. Catalão, Goiás, 2014.

Recebido em 19/04/2022.
Aceito para publicação em 07/06/2022.